

O “CLIENTELISMO PÚBLICO” DE PÉRICLES NA HISTORIOGRAFIA DO SÉCULO XX

*José Antonio DabdabTrabulsi**

Resumo:

Através de uma análise de algumas biografias de Péricles, escritas no século XX, proponho uma reflexão sobre o impacto do presente na reconstrução do passado, em relação ao muitas vezes mencionado “clientelismo público” de Péricles.

Palavras-chave: *Péricles; clientelismo, Grécia antiga; historiografia contemporânea.*

Na **Constituição de Atenas** aristotélica, podemos ler (27, 3-5):

Ce fut aussi Périclès qui le premier donna une indemnité aux tribunaux, pour rivaliser de popularité avec la richesse de Cimon. En effet, Cimon, qui avait une fortune princière, d'abord s'acquittait magnifiquement des liturgies publiques et de plus entretenait beaucoup de gens de son dème : chacun des Lakiades pouvait venir chaque jour le trouver et obtenir de lui de quoi suffire à son existence ; en outre aucune de ses propriétés n'avait de clôture afin que qui voulait pût profiter des fruits. Périclès, dont la fortune ne pouvait subvenir à de telles largesses, reçut de Damonidès d'Oïè (qui passait pour inspirer la plupart de ses actes et fut plus tard frappé d'ostracisme pour cette raison) le conseil de distribuer aux gens du peuple ce qui leur appartenait, puisque sa fortune personnelle était insuffisante ; et il institua une indemnité pour les juges. C'est depuis ce moment, à en croire les plaintes de certains, que tout a été plus

* Professor titular de História Antiga da UFMG.

mal, parce que les premiers venus mettaient plus d'empressement que les honnêtes gens à se présenter au tirage au sort (tradução G. Mathieu et B. Haussoulier, para Les Belles Lettres).

Por seu lado, Plutarco, na **Vida de Péricles** (9, 1-5) diz:

Thucydide dépeint le gouvernement de Périclès comme une sorte d'aristocratie: 'C'était, de nom, une démocratie, mais, en fait le premier citoyen exerçait le pouvoir'. Beaucoup d'autres prétendent que c'est lui qui, le premier, poussa le peuple à distribuer des lots de terre, des indemnités de spectacle, des salaires et que, par suite des mesures prises à cette époque, il lui donna de mauvaises habitudes et le rendit dépensier et ami du plaisir, de tempérant et laborieux qu'il était auparavant. Recherchons donc dans les faits eux-mêmes la raison de cette transformation. Au début, Périclès, jaloux de contrebalancer le crédit de Cimon, chercha, comme je l'ai dit, à capter la faveur populaire. Mais, supérieur en richesse et en moyens, Cimon profitait de ces avantages pour se concilier les pauvres, en donnant tous les jours à dîner à tous les Athéniens dans le besoin et en habillant les vieillards. Il avait même enlevé les barrières de ses domaines pour permettre à qui voulait d'en cueillir les fruits. Périclès, ainsi désavantagé auprès du peuple, eut recours à des largesses faites avec les revenus de l'Etat, sur le conseil de Damonidès d'Oïè, selon ce que rapporte Aristote. Il eut vite corrompu la multitude avec les fonds pour les spectacles, les salaires assignés aux juges et toutes les autres allocations et largesses qu'il lui prodigua, et il se servit d'elle contre l'Aréopage, dont il n'était pas membre, le sort ne l'ayant jamais désigné pour les fonctions d'archonte, de thesmothète, de roi ni de polémarque, car les charges, depuis longtemps, étaient distribuées par le sort et ceux dont la gestion avait été approuvée montaient siéger à l'Aréopage. Fort de l'appui du peuple, Périclès accrut son opposition à ce Conseil et réussit à lui faire enlever par l'entremise d'Ephialte la plupart de ses juridictions, puis il accusa Cimon d'être ami des Lacédémoniens et ennemi de la démocratie, et il fit bannir par ostracisme cet homme qui ne le cédait à personne pour la fortune et la naissance, qui avait remporté sur les barbares les victoires les plus glorieuses et qui avait rempli la ville de richesses

et de dépouilles abondantes, comme je l'ai raconté dans sa Vie. Tel était l'ascendant de Périclès sur le peuple (tradução R. Flacelière et E. Chambry para Les Belles Lettres).

Eis aí fatos e comentários que foram o ponto de partida de uma controvérsia que vem da Antiguidade, abundantemente retomada pelos modernos. É através das diversas interpretações dos biógrafos de Péricles, ao longo do século XX, que tentarei, por amostragem, explicar meus procedimentos de análise em relação à questão da presença do presente no passado.

Começamos por um grande nome na elaboração da imagem de Péricles no século XX. Em maio de 1944, Gaetano de Sanctis publica uma biografia de Péricles (DE SANCTIS, 1944). De Sanctis, filho e neto de funcionários do papa, católico por suas origens familiares e também por convicção, aluno de Karl Julius Beloch em Roma e, mais tarde, professor na Universidade de Turim, “neutralista” antes da Primeira Guerra Mundial, patriota durante o conflito, conservador e membro do Partido Popular Italiano, refratário ao fascismo - recusando-se a assinar o juramento de fidelidade exigido pelo regime -, caído em desgraça, abandonou a sua especialidade, a história romana, vigiada demais, em benefício da história grega. Tudo isso estará, de uma forma ou de outra, presente no seu livro sobre Péricles; o que o torna extremamente interessante.

Um paralelo italiano muito pertinente é fornecido por Mario-Attilio Levi, o grande historiador italiano da Antiguidade, que escreveu, na etapa final de sua longa carreira, em 1980, um livro sobre Péricles. Ele seguiu, assim, de certa forma, o exemplo de seu mestre Gaetano De Sanctis, que tinha feito a mesma coisa em idade avançada, mais de trinta anos antes (1944). Aí acaba a comparação: quase tudo opõe os dois “Péricles”. No de Levi, pensamos poder observar reminiscências de algumas de suas posições políticas de juventude, muito diversas das de De Sanctis, e nós examinaremos o seu Péricles “ditador” em relação ao problema aqui abordado.

No universo de língua francesa, um caso interessante é fornecido por Léon Homo, historiador francês da primeira metade do século XX, especialista da Roma Antiga, que sai de sua especialidade, num de seus últimos trabalhos, para fazer o elogio de Péricles e de sua experiência de “democracia dirigida”, o que não deixa de ter relações com o contexto social e político da França do início dos anos 1950, sobretudo com a instabilidade crônica da IV República e o perigo eleitoral representado pelo partido comunista na época.

Por seu lado, Marie Delcourt, historiadora e intelectual belga, grande nome do helenismo de meados do século XX, publica, em 1939, pouco antes dos desastres da Segunda Guerra Mundial, uma biografia de Péricles profundamente marcada pelos traços do momento em que foi escrita. O que pensa Delcourt dessas práticas de Péricles?

No universo de língua inglesa, nós nos interessaremos de perto à imagem que é dada de Péricles por Donald Kagan (KAGAN, 2008). Esse Péricles do grande professor de Yale é marcado pelo momento em que foi publicado (1991): entre a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, por um lado, e o início da aventura militar americana no Iraque, por outro lado.

Eis um programa bastante carregado para o tempo de que dispomos. Passemos, então, à questão. Comentando as práticas democráticas do regime ateniense, De Sanctis explica as oposições aos *misthoi*, a organização das retribuições, e conclui, com uma avaliação positiva, que considera “natural” que as coisas tenham funcionado daquela forma. Apesar do custo do sistema, “não era pagar caro” esta “participação efetiva sem a qual não teriam sido possíveis as gloriosas audácias e as lutas orgulhosas pela liberdade da Atenas clássica”. E, já que o povo participava “dos sacrifícios” para a defesa e o aumento do poder ateniense, “era natural que ele partilhasse, pelo menos em pequena medida, as honras e as vantagens” (DE SANCTIS, 1944, 76-77).

O funcionamento do regime popular e de suas bases morais interessa muito a nosso historiador. A prática das “indenizações” pelos serviços prestados ao Estado não pode deixar de colocar a questão da preguiça; na realidade, as indenizações não constituíam, para os que instauraram o sistema, “um subsídio de desemprego, de invalidez ou de velhice”, apesar de também poderem servir para isso e “constituir assim, num certo sentido uma medida de justiça social”, “com o inconveniente, entretanto, que elas possuem, aos nossos olhos, muitas vezes, e até contra a vontade dos seus autores, o efeito das indenizações de desemprego, ou seja, o de promovê-lo”. Mas ele reconhece que esse inconveniente “devia ser mínimo”, tendo em vista a exiguidade do desemprego num contexto social sadio e próspero, no qual “o trabalho inteligente oferecia grandes perspectivas de lucros”, como era o caso em Atenas, em meados do V século (DE SANCTIS, 1944, p.89). Nega, então, qualquer intenção de promoção da preguiça, reconhece que a coisa poderia apresentar tal aparência “aos nossos olhos” (contemporâneos), mas nega que tenha produzido tais efeitos na época (pelo menos, de forma significativa).

Ele não se mostra hostil a certa promoção “pública” de medidas de justiça social. Parece estar, quanto a isso, na linha de um catolicismo social, o que é confirmado por outras evidências de sua vida e obra.

No campo da “política social”, um conservador como o nosso autor está sempre atento, vendo perigos em toda parte. Segundo ele, “não é justo acusar Péricles de ter corrompido o povo com pagamentos”: aprova, aliás, as despesas com os órfãos de guerra e com os inválidos, “muito nobres exemplos um e outro do alto senso de justiça social com o qual Atenas se governava na época de Péricles”. Mas De Sanctis desaprova com ênfase o que veio depois de Péricles:

Mas quando faltou à direção do Estado a mão firme do homem que, após ter aberto os diques à onda democrática, tinha sabido contê-la e freá-la, quando a falência da política imperial e a empobrecimento das classes médias rebaixaram o nível da vida política e agravaram as tendências parasitárias do dêmos, então outros pagamentos foram introduzidos, com os quais Péricles nunca teria estado de acordo, e que ele talvez sequer tivesse podido imaginar.
(DE SANCTIS, 1944,94)

Ele está pensando, nesse momento, no *misthos* para a frequência à Assembleia e na caixa do teórico para o financiamento da presença nos espetáculos. O equilíbrio é perdido, e o *misthos* passa de sua condição de “cimento da democracia” a uma condição de “tonel sem fundo” para o dinheiro público; ele vai até ao ponto de falar em tendências “parasitas” do dêmos...

Outro ponto importante: os grandes projetos de obras públicas, associadas à grandeza da civilização e à “política social” de Péricles. O que levou Péricles a conceber aquele grandioso projeto de embelezamento de Atenas foi não apenas o objetivo de fazer da sua cidade a mais bela do mundo helênico, mas também “assegurar trabalho útil tanto às massas urbanas quanto aos estrangeiros que confluíram para a cidade de todas as partes da Hélade” (DE SANCTIS, 1944, p.156-7). Ele utiliza claramente a expressão “política de justiça social”: essa intensificação das obras públicas que acompanha o aumento dos pagamentos pelo trabalho de interesse para a cidade “é um outro aspecto dessa política de justiça social” que aparecia aos olhos dos adversários da democracia unicamente como uma espoliação do ricos em proveito dos despossuídos” (DE SANCTIS, 1944, p.157).

Péricles leva adiante os seus grandes trabalhos de construção sem comprometer a política imperial e sem esgotar as finanças públicas: “Mas os sucessos que ele obteve nessa política foram bem menos duradouros do que os edifícios que ele fez erguer e aos quais permanece ligada para sempre a glória de Atenas” (DE SANCTIS, 1944, p.219). Dos faraós do Egito a Kubitschek (Brasília) ou Mitterrand, o que é sólido permanece... Os historiadores adoram os grandes construtores! Tanto mais quanto sua atividade obedece também a outros nobres objetivos - e esse era, é claro, o caso de Péricles, que, com seus grandes empreendimentos, não apenas embelezou Atenas, mas teve também por objetivo “eliminar o desemprego das massas operárias”. Ninguém, na Antiguidade, soube tão bem quanto ele combater a falta de trabalho; ninguém como ele “reconheceu de fato o direito ao trabalho” (DE SANCTIS, 1944, p.219). Trabalho para todos, “direito ao trabalho”. De Sanctis, historiador católico que viveu, durante muitos anos, numa grande cidade operária como Turim, está sem qualquer dúvida na linha de um catolicismo social. O exemplo que cita lhe permite comparar essa “boa política” às outras “medidas sociais” praticadas na Antiguidade, como as distribuições de dinheiro, pão subvencionado, redistribuição de terras, todas elas nocivas e, quase sempre, reforçando “as tendências ao ócio e ao parasitismo” (DE SANCTIS, 1944, p.219).

Passemos de mestre a discípulo. Mario-Attilio Levi (LEVI, 1980) aborda os grandes problemas políticos da cidade de Atenas, como, por exemplo, através do comportamento de Címon, as relações entre chefe e povo:

A liberalidade de Címon era uma iniciativa evidentemente dirigida à conquista de adesões e de popularidade, e a tradição histórica percebe com exatidão os objetivos dessa generosa forma de busca do favor político e eleitoral, com meios praticados em todas as épocas, mas especialmente apreciados num contexto no qual uma das qualidades principais das grandes personagens era a everghesia, a vontade e a possibilidade de fazer o bem do próximo. (LEVI, 1980, p.86)

Nessa explicação da generosidade privada de Címon no contexto da luta pelo poder (em especial, contra os Alcmeônidas), ele prepara, de forma muito clara, uma futura explicação sobre a generosidade “pública” de Péricles.

Um dos traços mais constantes da análise de Levi sobre Péricles é que ele é constantemente oposto a Címon, que assume um espaço no seu texto muito maior que o habitual nos livros sobre Péricles:

Os Antigos diziam que Címon era muito rico e podia se permitir conquistar o favor dos mais pobres dentre os cidadãos, enquanto que Péricles, não possuindo meios para tais liberalidades, precisava recorrer ao sistema de pagar pelo exercício das funções públicas, e pelas participações na assembleia e nos tribunais (a mistoforia), a fim de também obter o favor da massa dos tetas. (LEVI, 1980, p.147-8)

A formulação neutra, “escondida” atrás da opinião dos Antigos, é uma maneira de reforçar sua própria opinião sobre a questão, sem qualquer dúvida.

Sobre a questão das obras públicas, Levi adotará uma análise pouco habitual. Ele faz o elogio da beleza clássica, mas logo toma o partido dos críticos antigos tanto do ponto de vista da audácia quase sacrílega do programa como sobre as acusações de corrupção. Ele não nega a astúcia propriamente política das grandes obras, como o fato de fornecer trabalho, estimular a economia, elevar o prestígio da cidade, mas o faz quase à maneira de um opositor da época, por exemplo, quando diz: “além disso, era possível polemizar com facilidade, comparando as munificências de Címon, o qual, tendo enriquecido muito, gastava seu próprio dinheiro, com as despesas de Péricles, feitas com o tributo dos aliados” (LEVI, 1980, p.201).

Igualmente interessante é sua análise da figura pública de Péricles e de sua vida privada:

Devemos ainda lembrar que na época de Péricles e sob o seu governo, a política do grupo social que dirigia a cidade-estado apoiava-se sobre as camadas populares e médias do corpo cívico, de tal forma que convinha fazer de tudo para agradar a tais camadas da população, que possuíam poucos recursos, não demonstrar qualquer forma de luxo ostentatório, levando uma vida austera e conforme as possibilidades e os gostos dos mais pobres.

Dessa forma, havia um nivelamento, e as roupas típicas da aristocracia do VI século “tinham se tornado não apenas populares, mas até

provocatórias” (LEVI, 1980, p.14). O que Levi entende por isso é que o que chamaríamos de sociologia política do “partido” popular, molda (ou ajuda a moldar) a vida privada do líder político. Para além dos gostos particulares de Péricles, existem imperativos políticos aos quais ele está ligado ou amarrado, o que significa - e talvez haja, aqui, razões de descontentamento para Levi - que os ricos atenienses se encontram sob a pressão do *dêmos* até no nível da simples forma de vestir.

Levi fornece uma análise da figura de Péricles indissociável das condições nas quais ele agiu politicamente:

Veremos a que tipo e a quantos condicionamentos de política interna Péricles esteve submetido, mas o certo é que, em muitos aspectos, ele tinha menos liberdade nos seus cálculos, previsões e decisões, do que tiveram seus predecessores, como Címon, que não precisavam se preocupar tanto quanto ele com as exigências e as expectativas nunca estáveis da parte mais numerosa, mas economicamente mais fraca, menos preparada e mais impressionável, da assembleia popular e do conselho escolhido por sorteio. (LEVI, 1980, p.140)

Para Levi, o ideal é o chefe com uma ampla autonomia de decisão; o povo aparece na sua análise como um obstáculo (exigências, expectativas sempre mudando, impressionabilidade, falta de preparo). Ele aparece, assim, e mais de 30 anos mais tarde, como claramente mais hostil ao povo de Atenas do que seu mestre De Sanctis (DE SANCTIS, 1944, p.76-7).

Essa visão se completa com uma opinião negativa do povo e da mistoforia, fonte de egoísmo em política:

De fato, com o pagamento de um salário pela participação nas assembleias públicas e por todas as funções do Estado, chegava-se ao ponto que as maiorias fossem constituídas de gente privada de experiência política e de prática dos assuntos militares e econômicos, muito necessitados, com o medo da vida aleatória do dia a dia, e por isso sempre ansiosos, com seus interesses pessoais imediatos.

Ou seja, ele é muito claro: o interesse pessoal em política é sempre muito nefasto e condenável. Vemos também, no prosseguimento da mesma análise, a que ponto, para Levi, o contato do chefe com as instâncias coletivas da cidade é uma obrigação penosa, algo quase nojento:

Os camponeses que temiam as incursões e a perda das colheitas, ou os indivíduos que temiam os aumentos de preço, esperavam das autoridades decisões que não iam além de suas próprias preocupações imediatas e particulares, e Péricles que, por necessidade política, estava em contato com a assembleia, com a boulè e com os pritanos em todos os momentos de sua ação no governo e no comando, encontrava nessas maiorias um limite prejudicial às escolhas e às decisões. (LEVI, 1980, 140)

É um nobre que vai ao sacrifício, obrigado a se misturar com a massa pelo bem de sua cidade...

Vejamos, agora, o que pensa Léon Homo sobre o sistema de pagamentos, que ele explica em detalhe e no seu desenrolar histórico, aceitando as avaliações mais elevadas em termos de pagamentos, aliás: “De uns trinta mil cidadãos adultos, dois terços podem assim, por uma ou outra razão, receber os pagamentos públicos” (HOMO, 1954, p.110). Com certo exagero, sem dúvida. Por exemplo: ele contabiliza 6000 jurados como beneficiários reais, quando sabemos que só recebiam o pagamento aqueles que eram sorteados e que compareciam às sessões do dia, o que estava longe de ser 6000 de cada vez. Explica também que “o sistema dos pagamentos foi muito criticado, já na época de Péricles, por seus adversários e, depois de sua morte, pelos inimigos do regime democrático. Platão (...)” (HOMO, 1954, p.110). Belo encadeamento este de começar assim a lista dos inimigos da democracia...

Homo relata as explicações e as críticas dos Antigos sobre a questão (rivalidade com Címon, muito rico e pródigo; promoção da preguiça entre os atenienses, etc.). Para os Antigos, o sistema era uma manobra eleitoral, nada além disso. Mas Homo contesta:

A cronologia já basta para negar tal alegação. A criação do primeiro misthos, o dos jurados, situa-se após o desaparecimento de Efiltes, em 461. Neste momento, Címon, condenado por ostracismo, deixou Atenas, e Péricles não precisa mais lutar contra ele para obter popularidade e, por isso, a acusação que tende a fazer de Péricles um político de baixa extração se desfaz. Na realidade, a criação da mistoforia por Péricles responde a uma ideia política muito nítida e estreitamente ligada ao conjunto do seu sistema. (HOMO, 1954, p.112)

“No regime democrático, tal como ele o concebe para Atenas, o estabelecimento da mistoforia aparece-lhe como uma medida a uma só vez de necessidade e de equidade” (HOMO, 1954, 112). A razão (do início do sistema) é raramente dada pelos historiadores e, no que se refere a Homo, sua formulação até esse ponto não revela qualquer hostilidade de princípio. E continua: “O sistema dos pagamentos públicos é uma necessidade. O regime de soberania direta, que era o da cidade antiga, exigia, para funcionar normalmente, a participação efetiva de todos os cidadãos no governo” (HOMO, 1954, 112). Nas cidades aristocráticas, os ricos tinham o lazer necessário para tal:

[...] no sistema democrático, os deveres políticos incumbem a todos os cidadãos, ou seja, ao mesmo tempo aos ricos e aos que vivem de seu próprio trabalho. Aos artesãos que negligenciam os negócios públicos, não se pode infligir uma multa, pois eles precisam viver. Assim, para incitá-los a preencher seus deveres cívicos, se lhes fornece um pagamento indenizatório. (HOMO, 1954, p.113)

Aqui, Homo passa a uma defesa mais clara da mistoforia:

Necessária em qualquer democracia, a mistoforia o é ainda mais numa democracia em pleno desenvolvimento como a de Péricles. A formação do Império determinou a criação de numerosos empregos, sob a forma, em geral, de colégios de dez membros - tantas quantas são as tribos- e a proibição legal da reeleição, salvo para os funcionários militares e financeiros, obriga a recorrer a um número maior de cidadãos e a descer, para recrutá-los, cada vez mais nas classes inferiores. O papel dos heliastas se desenvolveu com o número crescente dos negócios, e por outro lado, para evitar o perigo de corrupção, eleva-se seu número a um máximo (...). Em tais condições, o número de seis mil heliastas por ano não tem nada de exagerado. É preciso então cada vez mais apelar para as classes inferiores. A necessidade de um pagamento para o exercício das funções se encontra tanto mais aumentada. (HOMO, 1954, p.113)

O tom da análise continua mais para a aprovação: “O pagamento pelo serviço público representará, portanto, no pensamento de Péricles, para um cidadão, não um benefício, mas o reembolso do prejuízo, nada mais do que isso” (HOMO, 1954, p.114-5). O tom da análise parece cada vez mais posi-

tivo. Insisto nesse ponto, pois o julgamento acerca do sistema da mistoforia é um dos testes mais seguros em relação às opiniões políticas e sociais dos historiadores da Grécia clássica (DABDAB TRABULSI, 2006).

Mas o entusiasmo não vai durar muito:

É preciso acrescentar que Péricles, em tal domínio, limita-se, e duplamente, ao estrito necessário. Ele não estende o princípio do pagamento a todos os serviços públicos sem exceção, mas apenas aos mais pesados e mais absorventes. O pagamento por presença na Assembleia, o misthosecclesiasticos, que teria sido a mais característica do sistema, só aparecerá após a guerra do Peloponeso, com o restabelecimento da democracia. (HOMO, 1954, p.115)

Ele recua a uma posição média e ainda acrescenta uma nuance:

Em segundo lugar o valor dos pagamentos realizados (...) permanece medíocre, senão desprezível. Péricles, em matéria de pagamentos, limitou-se ao indispensável, e nada além disso, e a responsabilidade inicial do sistema posta de lado, os exageros ulteriores só engajam a responsabilidade de seus sucessores. (HOMO, 1954, p.116)

Tudo isso, e um tom muito forte de “moralismo do trabalho”, encontra em Homo um uso mais diretamente político, sem dúvida em relação aos debates acerca da Seguridade Social na França do início dos anos 1950, quando os “trinta gloriosos” (os anos do milagre econômico francês do pós-guerra, com taxas de crescimento elevadas) ainda estavam apenas começando, o crescimento econômico ainda não tinha, de fato, decolado e o mercado de trabalho não era ainda vigoroso o suficiente para assegurar o bem-estar da maioria. Mas com a “Sécurité Sociale”, lançada por De Gaulle depois da Liberação, e um Partido Comunista muito forte e reivindicativo, o tema das redistribuições sociais era muito polêmico.

Uma etapa na Bélgica, agora. Em seu retrato de Péricles, Marie Delcourt (DELCOURT, 1939) fala de “sua reserva, sua falta de espontaneidade, seu puritanismo”, “ele falava em público o mais raramente possível”. De fortuna média, ele não podia se permitir as liberalidades de um Címon:

De resto, ainda que tivesse sido muito rico, ele não teria ousado abrir sua mesa e derrubar as cercas de suas terras; da parte dele,

isso teria se assemelhado a um afronte e quase um método de corrupção, pois ele não tinha recebido o dom de ir simplesmente em direção ao povo e fraternizar com ele. (DELCOURT, 1939, p.133)

É Péricles... ou Marie Delcourt, que não teria feito isso? Os mecanismos de projeção dos historiadores sobre suas personagens são difíceis de controlar quase sempre.

Ainda no que se refere à imagem de Péricles, Delcourt se esforça em dissipar algumas ideias erradas. Segundo ela:

Havia em Címon uma espécie de unidade grande e robusta que seduzia demais este povo do qual ele retardava a emancipação. Ao contrário, Péricles devia se sentir encabulado, diante de seu próprio pensamento, pelos argumentos através dos quais ele colocava do seu lado este populacho que ele servia e do qual ele se servia, sem conseguir ter por ele muita estima. (DELCOURT, 1939, p.78-9)

É um Péricles-líder distante, e de um povo que não se parecia com ele. E até na explicação das circunstâncias de sua adesão ao “partido” popular, ela vai bem longe neste sentido:

Nada seria mais falso do que se imaginar Péricles tomando a direção do partido popular por simpatia pelo que nós hoje chamamos de ideias democráticas. O que o determinou, não é nem, ao que parece, a ideia de que a grandeza de Atenas exigia um alargamento das bases do Estado. Plutarco diz de forma crua que ele adotou o partido popular porque Címon dirigia a aristocracia (...). (DELCOURT, 1939, p.80)

É, portanto, através de uma análise muito sólida das próprias bases da sociedade ateniense que ela chega à questão dos misthoi: “Péricles, não aceitando que a guerra os empobrecesse, quis, ao contrário, que a guerra, paga pelos aliados, os recolocasse em seu antigo posto. É a razão pela qual ele atribuiu aos hólitas uma indenização de alimentação que logo se tornou um soldo” (DELCOURT, 1939, p.96). Delcourt tem, sob certos aspectos, uma visão positiva sobre as indenizações:

Toda a legislação pericleana acompanha de perto as consequências da queda do valor do dinheiro. Seis mil cidadãos das quatro classes

eram chamados a tomar assento todo ano nos tribunais populares. Péricles fez que recebessem, para tal, dois óbolos, o que bastava para viver muito modestamente. Seus inimigos fingiram considerar a coisa como uma medida demagógica, com a mesma sinceridade com a qual os nossos reacionários comparam salários de duas épocas diferentes, olhando só para o seu valor nominal, e se irritam de vê-los subir: (DELCOURT, 1939, p.97)

Delcourt, em certos momentos, situa-se bem à esquerda, como aqui, com esta denúncia dos “nossos reacionários”, manipuladores de estatísticas e antipovo! Ela explica em seguida que “Péricles considera que o que merece um salário não é o que nós chamaríamos um serviço público, mas simplesmente a participação na vida pública” (DELCOURT, 1939, p.97), o que é, mais uma vez, muito bem visto, enquanto análise. De onde sai esse dinheiro? “Em troca desse serviço, o povo recebe o seu pão. Esse pão vem a ele, em partes desiguais, dos recursos da própria Atenas e do tributo da Aliança. Este último representa, no conjunto do montante, a parte mais importante” (DELCOURT, 1939, p.97). Delcourt reconhece, sem qualquer ambiguidade, que democracia e império vão juntos. A questão dos recursos públicos é importante nesse contexto. Ela explica a antipatia pelo imposto e a dificuldade em fazê-lo aceitar. E julga que “certas prestações são impostas aos ricos, que as fornecem de boa vontade e de forma faustosa, pois o mecenato é, em todas as épocas, em todos os países, mais frequente e menos meritório do que a coragem fiscal” (DELCOURT, 1939, p.98). O leitor fica de boca aberta diante de tal coragem: Delcourt é abertamente pró-imposto, em 1939. Ela solta o verbo, como um pouco antes em relação aos “nossos reacionários”.

Mas Delcourt explica também o soldo pago aos jurados do Heliasta como “a primeira ruptura com a coesão interna do sistema”, explicando que:

[...] no século V a.C. o soldo dos jurados assegurava à gente miúda pelo menos o seu jantar do dia, e lhes poupava o cálice do trabalho manual em relação ao qual eles nutriam horror e desprezo. Dois óbolos eram o suficiente para encantar os miseráveis cujas necessidades eram tão reduzidas quanto as ambições, e que subiam, felizes da vida, da miséria para a mediocridade. Os tribunais eram um meio de ocupar a plebe e alimentá-la. Mas, para que eles pudes-

sem funcionar o ano todo, era preciso fazer que eles resolvessem muito mais processos do que os que envolviam apenas atenienses. (DELCOURT, 1939, p.98-9)

Sobre este aspecto, ela se coloca ao lado da maior parte dos críticos dos misthoi, considerando que eles podiam induzir à “preguiça”. E não é a sua única crítica:

Péricles imaginou então trazer para Atenas todos os litígios das outras cidades (...) Quando os atenienses reivindicaram o monopólio dos processos, eles ultrapassaram os seus direitos e não deram qualquer compensação em troca das vantagens que eles obtinham para si próprios (...) Péricles colocou sua prudência habitual na realização de tal abuso de poder (...) Abuso proveitoso, pelo menos no curto prazo. (DELCOURT, 1939, p.99-100)

O tesouro se enche, os juízes recebem um salário, Atenas intervém nos assuntos longínquos sem qualquer gasto. Mas, no longo prazo, isso atrai a antipatia de todos (salvo dos democratas) contra a cidade:

Péricles, que levanta de forma mais arguta do que qualquer outro homem do seu tempo aquilo que nós chamamos os problemas do trabalho, não nos compreenderia, entretanto, quando nós dizemos que a indenização aos juízes vale exatamente, para a riqueza coletiva, o que valem os nossos salários-desemprego. Ele também não enxergou que a multiplicação dos empregos de juízes desviava a plebe do trabalho manual. (DELCOURT, 1939, p.101)

Na Europa industrial que atravessa a crise dos anos 30, Delcourt é pró-trabalho, antipreguiça. Ela vê muito bem que os misthoi são o equivalente ao *welfarestate* contemporâneo, mas desaprova isso com vigor.

Delcourt examina também as dimensões sociopolíticas das grandes obras no prosseguimento daquilo que estava sendo teorizado, fazia muitos anos, por G. Glotz (por exemplo, G. GLOTZ, 1948, v. 2, 178 *sq*), como o “socialismo de Estado”, do trabalho para todos. Ela não concorda totalmente:

Este aspecto da questão, Péricles é o primeiro homem de Estado a ter reconhecido a importância. Se ele não imaginou as obras públicas que melhoram diretamente a condição do povo, ele pelo

*menos amadureceu perfeitamente sua concepção de Estado em-
preendedor e aceitou as consequências sociais que ele acarreta.*
(DELCOURT, 1939, p.166)

Atravessemos, agora, o Atlântico para uma visão acerca da opinião de Donald Kagan. No seu capítulo II, “O político”, de seu livro sobre Péricles (KAGAN, 2008), ele comenta toda a política ateniense do período, pintando também um retrato das outras grandes figuras da Atenas Clássica, tal como Címon dando o que comer aos atenienses pobres:

Era o meio de conseguir uma base política entre os pobres, e assim de enfrentar seu chefe natural, Temístocles, e os outros membros de sua facção. Como os bosses de outrora em Boston, Nova York ou Chicago, ele garantia para si uma clientela leal entre os eleitores pobres, ao se ocupar de suas necessidades pessoais e cuidando que eles votassem quando era preciso. (KAGAN, 2008, p.58)

Estamos mais habituados a ver tal atitude comparada à dos patrícios romanos; Kagan tenta, aqui, uma comparação contemporânea. É ousado, certamente didático para os seus leitores; pertinente ou não, é outro debate, no qual as opiniões serão, com certeza, divergentes. Como fiz, no passado, comparações análogas em relação ao “coronelismo” na política brasileira (DABDAB TRABULSI, 1991), a minha opinião é favorável.

Vemos, pouco a pouco, Kagan delinear uma abordagem fundamentalmente simpática em relação ao regime democrático; por exemplo, sua explicação dos inícios da mistoforia é sintomática:

O ideal democrático necessitava que a maioria dos cidadãos tomasse parte nas decisões públicas, mas os pobres não podiam se dedicar a isso se não recebessem uma compensação (...) A criação das indenizações pelo serviço público prestado deu a muitos atenienses, pela primeira vez, seu verdadeiro status de cidadão, e é com essas reformas que começa a democracia ateniense plena, completa. (KAGAN, 2008, p.72-3)

Sim, ele tem razão, e vemos que, junto com a constatação, toma uma posição de defensor de tal prática contra seus adversários antigos e modernos.

Ele explica os efeitos do programa de construções:

Essas grandes obras também ajudaram Péricles a estender sua influência política, graças às oportunidades econômicas que elas ofereciam. Durante quase vinte anos, elas criaram uma demanda sem interrupção de materiais e de mão de obra, qualificada ou não qualificada, que estimulou a prosperidade e a atividade de todas as parcelas da população. Elas se inseriam na linha desses programas de obras públicas que, ao criar empregos, ao multiplicar os lucros para muitos cidadãos, multiplicam o apoio aos dirigentes. Foi com sucesso que Péricles conclamou ao enriquecimento geral quando do debate sobre o emprego das rendas imperiais para o programa arquitetural. (KAGAN, 2008, p.197)

Ainda que assinalando os dois aspectos da questão, o social e o político, Kagan é, como bom liberal anglo-saxão, mais sensível a certa dimensão de manipulação política do que à dimensão de “política social” à moda francesa.

Para concluir, digamos que as opiniões dos diversos biógrafos de Péricles, no decorrer do século XX, e seu interesse pronunciado pela questão aqui abordada estão em relação direta com o grande debate que atravessou o século XX sobre o Estado de Bem-Estar Social (*WelfareState* ou Estado-Providência) e suas justificações. São os contextos sucessivos dos diversos autores, seus percursos pessoais, que constituem a explicação mais poderosa das análises que eles propõem sobre a realidade antiga. E como o Estado-Providência se desfaz diante dos nossos olhos, é legítimo nos perguntarmos se essas passagens dos autores antigos serão tão comentadas no século XXI como o foram no século XX. Quanto a mim, espero que continuem.

Outra questão seria saber se não há uma realidade antiga, mas apenas opiniões contemporâneas. Vasto problema. Digamos, para concluir, que houve certamente uma realidade antiga, mas que só é perceptível e sempre só será perceptível através dos olhares de uns e de outros, donde o papel primordial do trabalho historiográfico, cada vez mais encarado como uma dimensão inevitável do trabalho do historiador.

As traduções são todas minhas. Para uma análise completa e uma longa bibliografia, ver meu livro **Le Présent dans le Passé**. Autour de quelques ‘Périclès’ du XX siècle et de la possibilité d’une vérité en Histoire, Besançon, Pufc, 2011.

THE « PUBLIC CLIENTS » OF PERICLES IN THE 20TH CENTURY HISTORIOGRAPHY

Abstract: *Based on a study of some contemporary biographies of Pericles, I propose an interpretation of the impact of the present on the reconstruction of the past, especially in the case of the so-called “public clients” of Pericles.*

Keywords: *Pericles; public clients, Ancient Greece; contemporary historiography.*

Referências bibliográficas

- ACCAME, S. **Gaetano De Sanctis fra cultura e politica**. Florença, 1975.
- BERVE, H. **Perikles**. Leipzig, 1940.
- BURN, A. R. **Pericles and Athens**. London: The English Universities Press, 1948.
- CHATELET, F. **Périclès**. Bruxelas: Complexe, 1960.
- DABDAB TRABULSI, J. A. **Essai sur la mobilisation politique dans la Grèce ancienne**. Paris : Les Belles Lettres, 1991.
- _____. **Participation directe et démocratie grecque**. Une histoire exemplaire? Besançon : Pufc, 2006.
- DELCOURT, M. **Périclès**. Paris: Gallimard, 1939.
- _____. **L'autre regard**. Chroniques du journal 'Le Soir'. Bruxelas: Arllfb, 2004.
- DE SANCTIS, D. **Pericle**. Milão: Principato, 1944.
- _____. **Ricordidellamia vita**. A cura di S. ACCAME. Florença, 1970.
- EHREMBERG, V. **Sophocles and Pericles**. Oxford: Blackwell, 1954.
- FLACELIERE, R. **La vie quotidienne en Grèce au siècle de Périclès**. Paris: Hachette, 1959.
- GLOTZ, G. **Histoire grecque**. Paris: PUF, 2 v., 1948.
- HOMO, L. **Périclès**. Une expérience de démocratie dirigée. Paris: R. Laffont, 1954.
- KAGAN, D. **Périclès**. La naissance de la démocratie. Paris:Tallandier, 2008. (**Pericles of Athens and the birth of democracy**. New York: The Free Press, 1991)

LEVI, M-A. Gaetano De Sanctis fra imperialismo e nazionalismo. **Ktêma**, v.7, p.161-5, 1982.

_____. **Pericle**. Un uomo, un regime, una cultura. Milão: Rusconi, 1980.

MOMIGLIANO, A. **In memoria di Gaetano De Sanctis, in Secondo contributo alla storia degli studi classici**. Roma, 1960.

MOSSÉ, Cl. **Périclès. L'inventeur de la démocratie**. Paris: Payot, 2005.

WARNER, R. **Périclès l'Athénien**. Paris: Buchet-Chastel, 1964.